

**14 - 01 | 2025**

O CONTRIBUTO DAS PMES NAS RECEITAS FISCAIS EM MOÇAMBIQUE: O CASO DAS PME'S DA CIDADE DE MAPUTO (2019-2021)

The contribution of smes to tax revenue in Mozambique: the case of smes in the city of Maputo (2019-2021)

La contribución de las pymes a los ingresos tributarios en Mozambique: el caso de las pymes en la ciudad de Maputo (2019-2021)

Edna Adelaide Dos Santos ¹, Pedro José Miguel²

¹Licenciada, Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique, Moçambique, Moçambique, ednaadelaiddossantos@gmail.com.

²Mestre, Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique, Moçambique, <https://orcid.org/0009-0007-9008-5739>, muendanepedro@gmail.com.

Autor para correspondência: muendanepedro@gmail.com

Data de recepção: 05-12-2025

Data de aceitação: 02-01-2025

Como citar este artigo: Dos Santos, E. A.; & Miguel, P. J. (2025). O contributo das pmes nas receitas fiscais em Moçambique: o caso das pme's da cidade de Maputo (2019-2021). *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(6), 9-20 . <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/8>.

RESUMO

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) são fundamentais para o desenvolvimento económico e social, especialmente em economias emergentes como Moçambique. Elas desempenham um papel crucial na promoção da diversidade económica, criação de empregos e inovação. O objectivo desta pesquisa é de Analisar o contributo das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) para as receitas fiscais em Moçambique. Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, tendo como base a análise dos pressupostos subjacentes aos regimes de tributação aplicáveis as PMEs. Foi feita uma pesquisa bibliográfica com maior foco na legislação fiscal, e análise documental através de estatísticas tributarias. Além da revisão de literatura sobre a receitas fiscais e imposto foram preparados e enviados questionários à contabilistas e consultores fiscais, e empresários em que alguns deles deram entrevista para melhor esclarecimento. Das estatísticas analisadas mostram que as PMEs

da cidade de Maputo no seu conjunto têm um peso de 40% das receitas fiscais provenientes dos principais imposto (IRPS, IRPC e IVA). Dos resultados dos inquéritos e entrevistas mostram que tanto os contabilistas, assim como os consultores fiscais e os empresários consideram que a redução da alíquota fiscal pode contribuir para o aumento das contribuições das PMEs. Um sistema fiscal simples, transparente e de baixo custo, pode ser percebido como justo e incentivar as contribuições e consequentemente o aumento das receitas fiscais. Deste modo, mostra-se que importante a redução das alíquotas fiscais e simplicidade no meio de pagamento de impostos por forma a incentivar-se o aumento das contribuições das pequenas e médias empresas nas receitas fiscais.

Palavras-chave: Pequenas e Médias Empresas, Receitas Fiscais.

ABSTRACT

Small and Medium-sized Enterprises (SMEs) are fundamental to economic and social

development, especially in emerging economies such as Mozambique. They play a crucial role in promoting economic diversity, job creation and innovation. The objective of this research is to analyze the contribution of Small and Medium-sized Enterprises (SMEs) to tax revenues in Mozambique. To this end, qualitative and quantitative research was carried out, based on the analysis of the assumptions underlying the taxation regimes applicable to SMEs. Bibliographical research was carried out with a greater focus on tax legislation, and documentary analysis through tax statistics. In addition to the literature review on tax revenues and taxes, questionnaires were prepared and sent to accountants and tax consultants, and entrepreneurs, some of whom gave interviews for better clarification. The statistics analyzed show that SMEs in the city of Maputo as a whole have a weight of 40% of tax revenues from the main taxes (IRPS, IRPC and VAT). The results of the surveys and interviews show that both accountants, tax consultants and business owners consider that reducing the tax rate can contribute to increasing contributions from SMEs. A simple, transparent and low-cost tax system can be perceived as fair and encourage contributions and consequently an increase in tax revenues. Thus, it is shown that reducing tax rates and simplifying the method of paying taxes is important in order to encourage an increase in contributions from small and medium-sized companies to tax revenues.

Keywords: Small and Medium Enterprises, Tax Revenues.

RESUMEN

Las Pequeñas y Medianas Empresas (PYME) son fundamentales para el desarrollo económico y social, especialmente en economías emergentes como Mozambique. Desempeñan un papel crucial en la promoción de la diversidad económica, la creación de empleo y la innovación. El objetivo de esta investigación es analizar la contribución de las Pequeñas y Medianas Empresas (PYME) a los ingresos tributarios en Mozambique. Para ello

se realizó una investigación cualitativa y cuantitativa, basada en el análisis de los supuestos que subyacen a los regímenes tributarios aplicables a las PYMES, una investigación bibliográfica con mayor enfoque en la legislación tributaria, y un análisis documental a través de estadísticas tributarias. Además de la revisión de la literatura sobre ingresos tributarios e impuestos, se prepararon y enviaron cuestionarios a contadores, asesores fiscales y empresarios, en los que se entrevistó a algunos de ellos para obtener mejores aclaraciones. Las estadísticas analizadas muestran que las PYMES de la ciudad de Maputo en su conjunto representan el 40% de los ingresos tributarios de los principales impuestos (IRPS, IRPC e IVA). Los resultados de encuestas y entrevistas muestran que tanto contadores, asesores fiscales y empresarios consideran que reducir el tipo impositivo puede contribuir a un aumento de las aportaciones de las pymes. Un sistema fiscal sencillo, transparente y de bajo coste puede percibirse como justo y fomentar las aportaciones. en consecuencia, aumentar los ingresos tributarios. De esta manera, es importante reducir los tipos impositivos y simplificar los medios de pago de impuestos para fomentar un aumento de las contribuciones de las pequeñas y medianas empresas a los ingresos fiscales.

Palabras clave: Pequeñas y Medianas Empresas, Ingresos Tributarios.

Contribuição de autoria da autora Edna Adelaide Dos Santos: Conceição da ideia, pesquisa e revisão de literatura, preparação de instrumentos, aplicação de instrumentos, aplicadas informações resultantes dos instrumentos aplicados, compilação da informação resultante dos instrumentos, análise estatística, preparação de tabelas, gráficos e imagens, preparação da base de dados e redação do original (primeira versão).

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, aprofundaremos a análise do contributo das Pequenas e Médias Empresas (PME's) nas receitas fiscais em Moçambique,

com foco especial nas PME's da Cidade de Maputo durante o período de 2019 a 2021. O estudo aborda questões relacionadas à importância da PME's no desenvolvimento económico local e o seu papel crucial para arrecadação de receitas fiscais, destacando as dificuldades e desafios enfrentados por essas empresas no cumprimento das obrigações fiscais.

Para Cuamba (2020), a Cidade de Maputo abriga a maior parte dos serviços e sedes dos grandes grupos económicos, de empresas públicas e privadas em Moçambique. Daí que, os recursos financeiros das autarquias locais sejam complementados por contribuições provenientes de outras fontes de rendimento, como as Pequenas e Medias Empresas (PME's). As PME's, muitas vezes mais dinâmicas, inovadoras e flexíveis, tornam-se um terreno ideal para o teste de novas ideias de negócios, contribuindo significativamente para a economia local.

Dados da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) apontam que, durante o ano de 2021, a cidade de Maputo cobrou cerca de MZN 174.8 mil milhões, da meta global de 265.6 mil milhões de meticais, o que representa um contributo de 65,83%. Sendo assim, as micro, pequenas e médias empresas tiveram em 2021, um peso de 43.48% sobre a receita fiscal total, contra 56.52% que resultaram do desempenho económico das grandes empresas (AT, 2022).

As PME's têm maior força de afectar o crescimento económico de forma sustentável. Mas, na economia nacional, verifica-se que, por um lado, existem poucas grandes empresas com impacto significativo no PIB e nas conexões empresariais, fiscais e de emprego. Por outro lado, é visível a existência de milhares de PME's com grande impacto a nível de emprego e conexões fiscais, mas com fraco impacto no PIB (Bilha, 2007 citado por Muendano, 2015).

A contribuição das PMEs para as receitas fiscais é essencial para financiar serviços públicos vitais, como infraestrutura, educação e saúde. No entanto, em Moçambique, o potencial contributivo das PMEs

frequentemente não é totalmente explorado devido a diversos desafios. Estudos recentes, como os de Ngwenya e Bonga (2019), destacam que a informalidade, a evasão fiscal e a capacidade limitada de cumprimento das obrigações fiscais são barreiras significativas.

Segundo Massarongo (2020), muitas PMEs operam na economia informal devido à complexidade burocrática e aos elevados custos de formalização. A falta de registro formal impede que muitas dessas empresas contribuam diretamente para as receitas fiscais. As PMEs frequentemente enfrentam dificuldades para entender e cumprir as obrigações fiscais devido à falta de capacidade administrativa e contabilística (Santos & Gonçalves, 2017).

Para Nhavene (2018), a evasão fiscal é um problema persistente que afecta a arrecadação de receitas. A falta de fiscalização eficiente e as lacunas na legislação fiscal permitem que algumas PMEs evitem o pagamento de impostos. Embora o governo moçambicano tenha implementado programas para apoiar o crescimento das PMEs, a eficácia desses programas é muitas vezes limitada por problemas de implementação e insuficiência de serviços de apoio (Mendes & Lopes, 2019).

Como forma legislativa de harmonizar o sector informal, foi criado um instrumento para regular a actividade que foi promulgada pela Lei nº 5/2009 de 12 de Janeiro que considera este sector uma parcela significativa da actividade económica em Moçambique, pelo que, atrair os informais para o sistema tributário constituirá um avanço significativo para a autoridade fiscal e refere ao alargamento da base tributária, potenciando dessa forma a capacidade de colecta de receita (Cuamba, 2020).

A cidade de Maputo, sendo a capital e principal centro económico de Moçambique, oferece um cenário ideal para estudar a contribuição das PMEs para as receitas fiscais. A concentração de PMEs em Maputo permite uma análise detalhada de suas contribuições fiscais e oferece informações sobre como maximizar o potencial fiscal dessas empresas.

Pequenas e Medias Empresas (PME's)

Segundo Filion (1990 citado por Cuamba, 2020), afirma que a maioria das tentativas de definição dos tipos de empresas em vários Países, foi feita não apenas por razões fiscais, como também visam estabelecer critérios de identificação de empresas elegíveis para receber diferentes tipos de benefícios oferecidos pelos Governos.

Para Augusto (2016), a expressão PME refere-se sempre a um número diversificado de empresas que, muitas vezes, pouco ou nada têm em comum, a não ser o facto de se apresentarem estatisticamente como tal.

As definições de PME variam muitas vezes de país para país e baseiam-se geralmente no número de trabalhadores, no volume anual de negócios ou no valor do ativo das empresas. Geralmente, as microempresas são definidas

como empresas que possuem até 10 trabalhadores. As pequenas empresas como aquelas que têm entre 10 a 100 trabalhadores e as médias empresas abrangem as empresas que contam com 100 a 250 trabalhadores. Salvo indicação em contrário, a definição de PME usada neste relatório refere-se a qualquer empresa com menos de 250 trabalhadores (Conferência Internacional do Trabalho, 104ª Sessão, 2015).

Classificação das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique

Para o Instituto Nacional de Estatística (INE) considera uma pequena empresa aquela que emprega entre 1 a 9 trabalhadores e a média empresa aquela que emprega entre 10 a 99 trabalhadores.

Tabela 1: Classificação das Empresas Segundo a Lei de trabalho.

EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES ¹
Micro-Empresas	Emprega até 10 (dez) trabalhadores
Pequenas Empresas	Emprega entre 11 á 30 (onze a trinta) trabalhadores
Médias Empresas	Emprega de 31 á 100 (trinta e um até cem) trabalhadores
Grande Empresas	Emprega mais de 100 (cem) trabalhadores

Conforme o *Decreto-Lei 1/2022, de 25 de Maio*, publicado no dia 25 de Maio de 2022, estabelece uma nova classificação de empresas são classificadas de acordo com o número de

trabalhadores e volume de negócios. Em termos práticos a classificação obedece aos seguintes critérios:

Tabela 2: Classificação das Empresas Segundo Código Comercial.

EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES	VOLUME DE NEGÓCIO (Anual)
Micro	10 (dez)	3.000.000,00 MZN
Pequenas	11 á 30 (onze a trinta)	3.000.000,00 MZN até 30.000.000,00 MZN
Médias	31 á 100 (trinta e um até cem)	30.000.000,00 MZN até 160.000.000,00 MZN
Grande	Mais de 100 (cem)	Valor Superior a 160.000.000,00 MZN

No entanto, para efeitos do exercício da actividade industrial o Decreto-Lei 1/2022, a classificação obedece critérios baseados no

número de trabalhadores, valor do investimento inicial e a capacidade de potencia instalada ou por instalar.

¹ Segundo a *Lei nº 13/2023, de 25 de Agosto* (Lei de trabalho), as empresas Moçambicanas,

Tabela 3: Classificação das Empresas Segundo Código Comercial para Actividade Industrial.

EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES	VOLUME DE NEGÓCIO (Anual)
Micro	10 (dez)	Investimento inicial inferior a 1.500.000,00 MZN
Pequenas	11 á 30 (onze a trinta)	Investimento inicial superior a 1.500.000,00 MZN
Médias	31 á 100 (trinta e um até cem)	Investimento inicial seja igual ou superior 160.000.000,00 MZN
Grande	Mais de 100 (cem)	Investimento inicial seja igual ou superior a 600.000.000,00 MZN

Numa perspectiva qualitativa, as características que melhor distinguem a pequena da média empresa é a forte prontidão de enfrentar o risco, flexibilidade no mercado e desempenho, uma relação de interação directa entre os gestores e a empresa, isto é, o gestor é normalmente o próprio dono da empresa pois todas as decisões vitais da organização e o funcionamento da empresa são da sua responsabilidade, as relações entre os trabalhadores e o patronato são de carácter pessoal e directo (Cuamba, 2020).

Importância das PME's Moçambique

As pequenas e medias empresas (PME's) desempenham um papel importante no desenvolvimento de Moçambique. Dados atuais indicam que as PME's constituem aproximadamente 98% do total das empresas activas, proporcionando a maioria das oportunidades de emprego, oferta de produtos diversos no país (Sousa, 2020).

Segundo o Ministério da Economia e Finanças (2007), a importância das PME's para a economia de uma nação tem quatro dimensões:

- A primeira, as PME's geram o emprego. Partindo do princípio que uma grande empresa e uma pequena empresa produzem o mesmo artigo ao mesmo valor, a grande empresa tem a característica de ser de capital intensivo, enquanto a pequena, de mão de obra intensiva. Isto implica que as PME's oferecem maiores oportunidades de emprego à força de trabalho de um país, ao contrário das grandes empresas.
- A segunda, as PME's são cruciais para a competitividade de um país. Elas

encorajam a concorrência e a produção e inspiram inovações e o empreendedorismo. As PME's são inerentemente guiadas para o mercado, procurando capturar as oportunidades de negócio criadas pela procura de mercado. A barreira relativamente mais baixa de entrada aos mercados e a natureza ágil da estrutura decisória incentiva a concorrência a qual, por sua vez, promove a competitividade das PME's.

- A terceira, as PME's diversificam as actividades, estimulam a inovação e a criatividade. As PME's diversificam as actividades económicas oferecendo produtos e serviços que o mercado procura num determinado momento, disponibilizando assim novas linhas de produtos e serviços que ainda não foram introduzidos no mercado.
- E por fim a quarta, as PME's mobilizam recursos sociais e económicas. As PME's são os agentes sociais que mobilizam recursos sociais e económicos nacionais que ainda não tenham sido explorados. Daí o papel chave desempenhado pelas PME's no desenvolvimento sócio-económica dos países.

As PME's em Moçambique estão presentes em diversos sectores, incluindo agricultura, turismo, tecnologia, manufatura, comercio, entre outros. Elas desempenham um papel crucial na promoção da inovação e no desenvolvimento sustentável em suas respectivas áreas. Elas contribuem para a geração de receita, impulsionam a inovação, promovem o emprego e desempenham um

papel crucial na redução da pobreza e na inclusão social (Augusto, 2016).

Receitas Fiscais

Segundo Cuamba (2020), as receitas são recursos provenientes da venda de mercadorias ou de uma prestação de serviços, ou seja, são os valores que a empresa ganha com a venda dos produtos, dos serviços, das aplicações financeiras, das cobranças de direitos autorais e de imagem, entre outros. O que determina uma receita é a capacidade que esses valores têm de gerar um acréscimo no património da empresa.

A receita fiscal corresponde ao total das prestações pecuniárias de natureza corrente, definitivas, com carácter coercivo e unilateral, de que são beneficiários o Estado, uma Autarquia Local ou outro ente público. Constituem exemplos as receitas obtidas dos impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre os bens e serviços, sobre o património e outros impostos (Conselhos das Financas Publicas, 2024).

Catarino (2014 citado por Sequeira, 2015), as receitas fiscais em termos genéricos são as que provêm de impostos, taxas e contribuições especiais. Nesta categoria destacamos os impostos que se podem definir como sendo uma prestação pecuniária, coativa, unilateral, a título definitivo, sem carácter de sanção, devida ao Estado ou outros entes públicos, com vista à realização de fins públicos.

As receitas encontram-se divididas em receitas correntes (receitas fiscais, receitas não fiscais e receitas consignadas) que são derivadas de tributos e contribuições, ou receitas originárias da venda do património, receitas industriais e as receitas de capital resultante da alienação do património da autarquia, rendimento dos serviços prestados pela autarquia, rendimento de bens móveis e imóveis e pelo rendimento de participações financeiras (Jund 2008 citado por Cuamba, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa tem uma abordagem mista tendo sido combinadas as pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi baseada na literatura existente que versa sobre PMEs e Receitas fiscais ou impostos. Em relação à pesquisa documental, usou-se como base a vasta legislação tributária, em vigor na República de Moçambique que contribuiu para a compreensão do significado e contornos da tributação geral e autárquico. Por fim, fez-se uma pesquisa do campo baseada na aplicação do questionário aos contabilistas, consultores fiscais e empresários que actuam na cidade de Maputo com vista a recolher o seu entendimento sobre o tema. Para materialização do estudo de campo, para a amostra, foram seleccionados aleatoriamente 33 indivíduos, sendo 67% oriundos de médias empresas e 33% de pequenas empresas. Em seguida definiu-se os critérios de inclusão, ser uma PME registada na Autoridade Tributária de Moçambique, ser uma empresa que opera na cidade de Maputo entre 2019 e 2021 e ter de aceitar fazer parte do estudo de forma voluntária. Os resultados de pesquisa foram feitos com base na combinação de análise do conteúdo que segundo Bardin (1977, cit. em Oliveira, 2011), a análise de conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. A finalidade desta técnica, é enriquecer a leitura e ultrapassar incertezas, obtendo conteúdos associados à mensagem. E por fim, com auxílio de uma ferramenta estatístico que permitiu resumir os resultados em tabelas e gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada combinando as pesquisas bibliográfica, documental e estudo de caso.

Contributo das PMEs da Cidade de Maputo 2019-2021.

Tabela 4: Distribuição da receita interna na Cidade de Maputo (2019-2021) em Milhões de meticais.

Descrição	2019	2020	2021
UGC-Maputo	85.564,89	82.213,52	90.574,47
Pequenas e Médias empresas	42.224,63	54.988,53	61.488,47
Total	127.789,52	137.202,05	152.062,94

Fonte: DGI (2024)

Do total das receitas fiscais colectadas das empresas as PME's da cidade de Maputo têm contribuído em média com 51.345 milhões de

meticais em receitas e tem demonstrado um crescimento significativo.

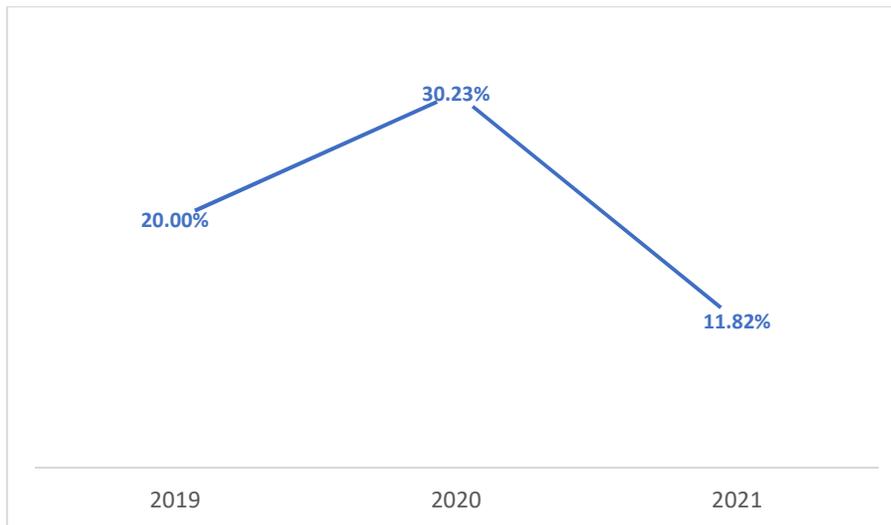


Gráfico 1: Crescimento das contribuições fiscais das PME's (2019-2021).

Em 2019 as contribuições das PME's cresceram em 20%, em 2020 em 30,23% e em 2021 em 11,82%. Dentre vários factores para o baixo crescimento em 2021 está a covid-19 que desacelerou a economia mundial e Moçambique não foi excepção. De acordo com entrevista feita ao DGI da BVM o

impacto da doença reflectiu-se de forma negativa na actividade económica do país, tendo as empresas mais afectadas obrigadas a tomar medidas inesperadas como forma de evitar decretar a falencia, encerramento das mesmas e diminuição dos seus colaboradores.

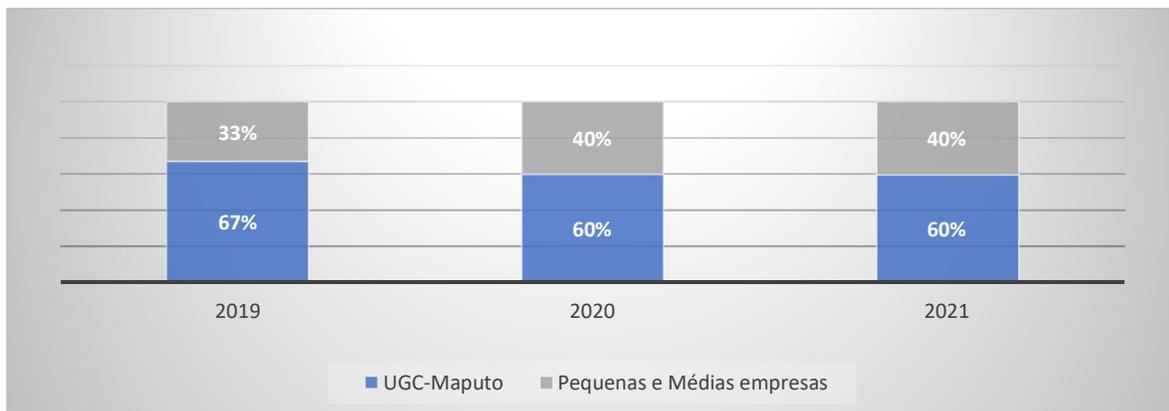


Gráfico 2: Peso das PME's nas receitas internas da Cidade de Maputo (2019-2021)

Quanto ao peso nas contribuições das receitas internas, as PME's se mantiveram com peso de 40% das contribuições em 2020 e 2021, tendo registado uma variação de 7% de 2019 para 2020. O que mostra que as PME's da Cidade de Maputo têm um peso significativo nas receitas fiscais, isso pelo número de empresas que existem em relação as grandes empresas e pelo

aumento da contribuição das pequenas empresas devido ao Covid-19.

Para Cuamba (2020) a Covid-19 desacelerou a economia mundial e impactou negativamente na colecta de receitas nos países em vias de desenvolvimento.

Principais desafios das PME's no cumprimento das obrigações fiscais.

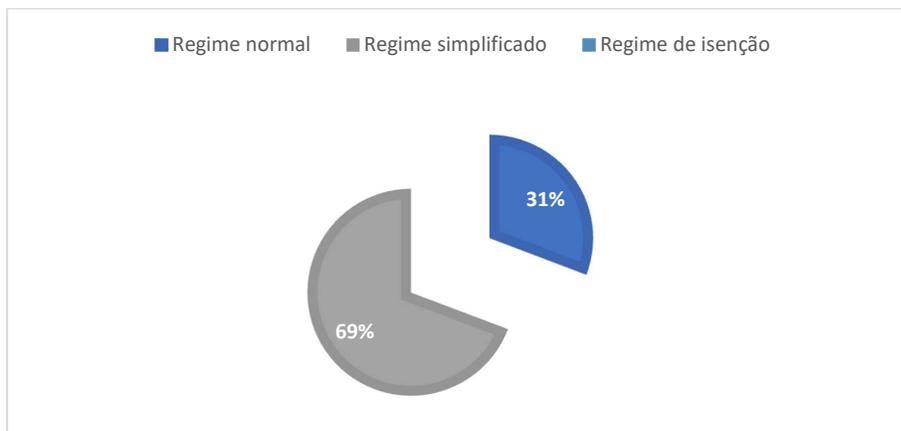


Gráfico 3: Regimes de tributação em sede de IRPC.

Sendo o IRPC um dos principais impostos do SFM, para essa pesquisa nenhum dos inquiridos representa uma empresa que se enquadra no regime de isenção, 69% das PME's visadas estão enquadrados no regime normal e 31% no regime simplificado. O que mostra que boa parte das PME's optam pelo regime normal.

Na visão de Borego (2018) na determinação da opção dos regimes de tributação para as PMES estão ligadas ao seu volume de negócio e perspectiva contabilística. O regime simplificado é menos dispendioso e é aplicável somente as pequenas empresas.

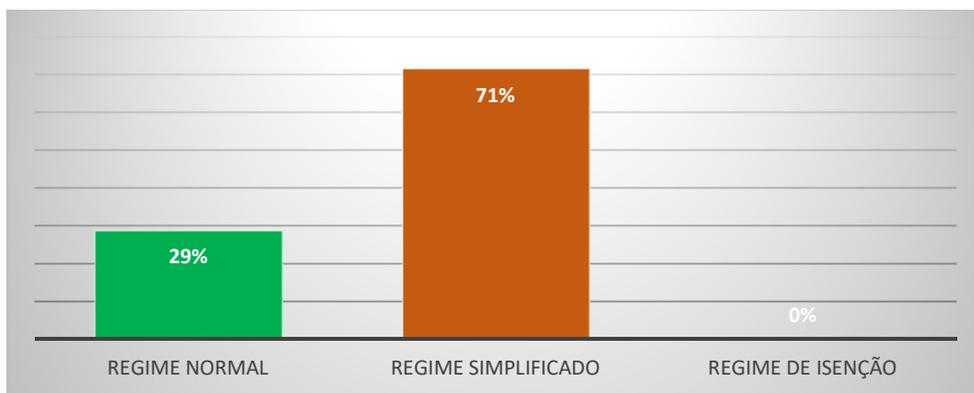


Gráfico 4: Regimes de tributação em sede de IRPS

Visto que alguns dos inquiridos representaram eis que se enquadra na segunda categoria do IRPS, na maioria dessas empresas estão enquadradas no regime simplificado, em uma da entrevista um dos inquiridos assumiu que os

empresários em nome individual não preferem o regime normal por conta da contabilidade organizada. E tal como no CIRPS

Na visão Borego (2018) na determinação da opção dos regimes de tributação para as PMES estão ligadas ao seu volume de negócio e

perspectiva contabilística. O regime simplificado é menos dispendioso e é aplicável somente as pequenas empresas.

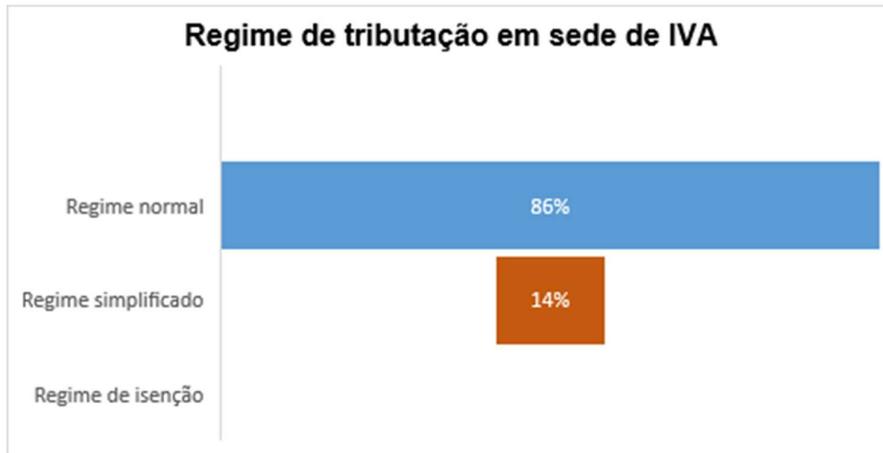


Gráfico 5: Regimes de tributação em sede de IVA.

Em sede de IVA mais que 80% das PMEs estão no regime normal de IVA, 14% no regime simplificado, sendo que nenhum deles está enquadrado no regime de isenção.

O que mostra que as PMEs quanto ao IVA preferem se beneficiar das deduções, uma vez que optam mais pelo regime normal do IVA.

Para maior eficiência fiscal Nhavene (2018) defende que os regimes de tributação de IVA devem enquadrar-se na dimensão da empresa e que, o normal é a melhor por conta do direito a dedução.

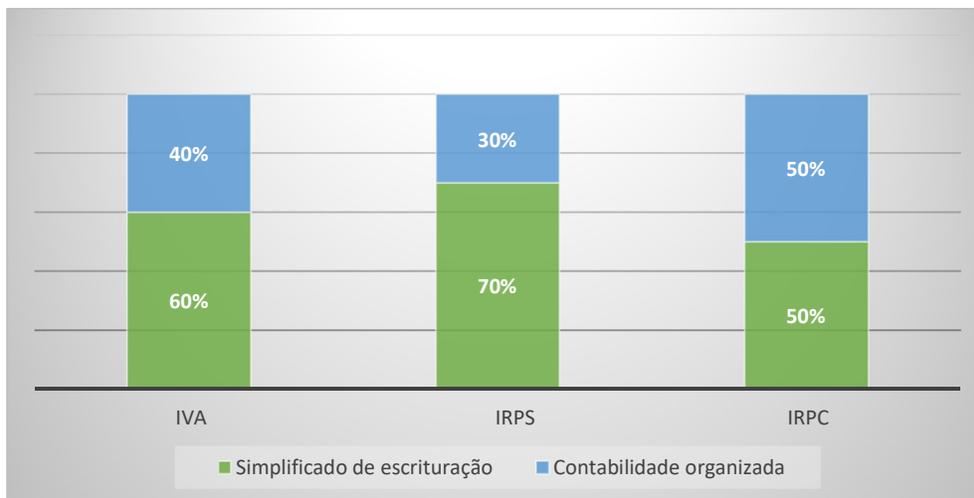


Gráfico 6: Regime de escrituração adoptadas pelas PMEs.

Do inquérito feito mostra que as PMEs visadas optam mais pelo regime simplificado, tendo em conta a dimensão das empresas esse regime só é aplicável para as pequenas empresas. Isso mostra que as pequenas empresas optam pelo enquadramento obrigatório do regime simplificado ao em vez da Contabilidade organizada que é opcional.

De acordo com Massarongo (2020) as PMEs optam mais pelo regime de tributação simplificado, uma vez que implicado os processos de pagamento de imposto. Nesta senda a pesquisa mostrou que as PMEs optam por esse regime.



Gráfico 7: Impacto do ISPC nas PMes na visão dos empresários.

Pelas respostas a maioria dos empresários considera fundamental o ISPC para as pequenas empresas.

Na visão de Waty (2007) o IPSC simplifica o processo de pagamento de impostos para os pequenos contribuintes e é fundamental para as pequenas empresas devido a sua taxa reduzida.

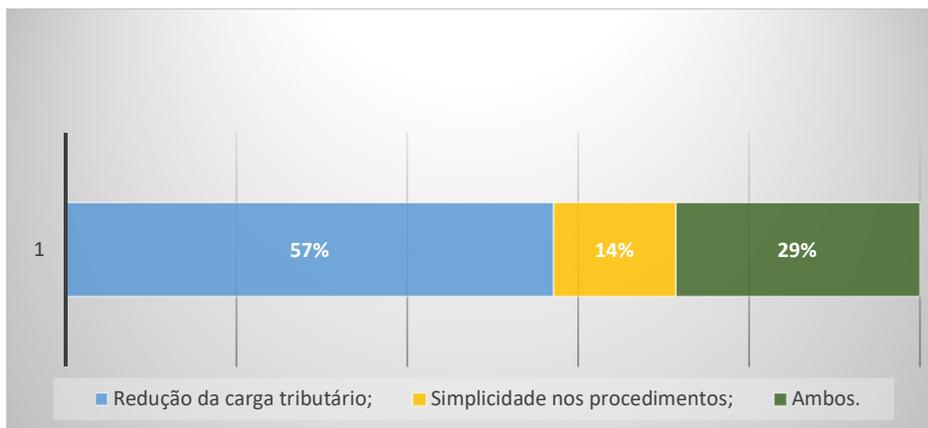


Gráfico 8: Impacto do ISPC nas PMes na visão dos empresários.

Olhando para os dados patentes no gráfico, nota-se que, mais de 50% dos empresários assumiu que o ISPC reduz a carga tributária, o que mostra que esse imposto alivia o SP. No

contexto de arrecadação de receitas este imposto tem impacto positivo no contexto da adesão por parte dos contribuintes.

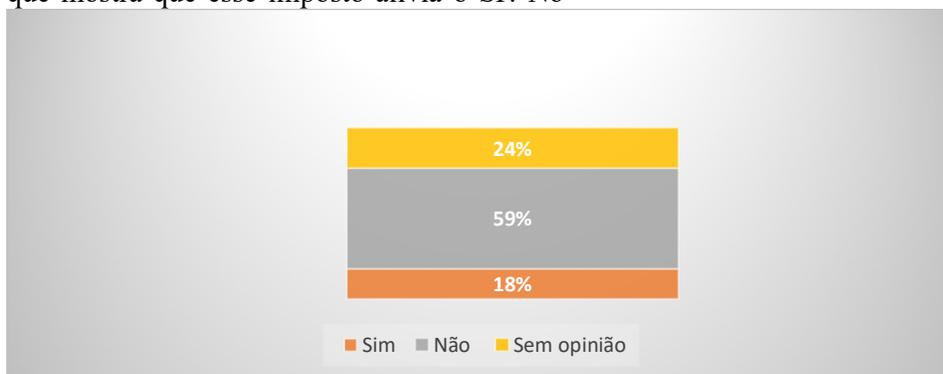


Gráfico 9: Impacto do Sistema fiscal moçambicano no cumprimento das obrigações fiscais das PMes.

Mais que 50% dos inquiridos afirma que o SFM não incentiva as PMEs a cumprir suas obrigações fiscais. O que mostra que pelo fraco incentivo o risco de evasão fiscal é maior e isso tem impacto negativo no contributo das PMEs nas receitas fiscais.

Segundo Mbate (2018) um sistema fiscal eficiente incentiva os contribuintes a cumprir com suas obrigações. De acordo com os resultados o nosso sistema fiscal demonstra-se ineficiente.

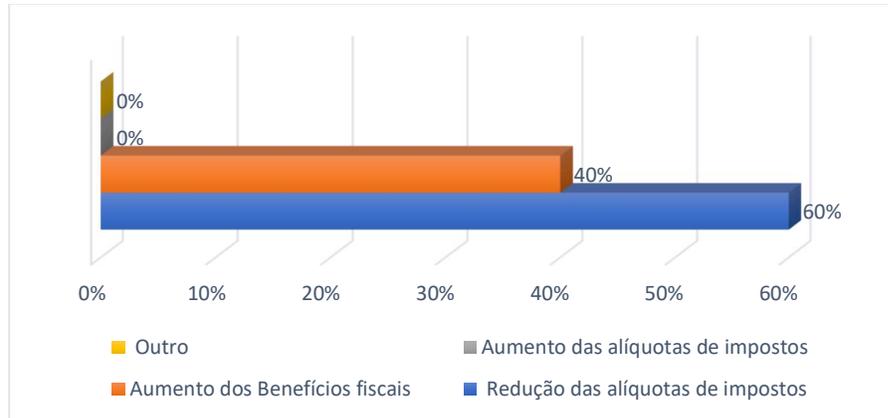


Gráfico 10: Medidas para o aumento das contribuições fiscais das PMEs.

Pelo gráfico 70% das PMEs defendem a redução das alíquotas fiscais para o aumento das contribuições fiscais. Uma redução da taxa de imposto reduz a colecta, no entanto com uma alíquota baixa o risco de evasão fiscal fica menor devido ao incentivo.

Segundo Silva (2020) para o aumento de forma eficiente das receitas fiscais o Estado deve reduzir as alíquotas fiscais para incentivar mais as PMEs no cumprimento das obrigações tributárias. De acordo com os resultados da pesquisa a redução das alíquotas fiscais pode dar mais incentivo aos contribuintes e aumentar as contribuições das PMEs.

CONCLUSÃO

As PMEs da Cidade de Maputo têm um contributo fundamental nas receitas fiscais com um peso significativo equivalente a 15% das receitas totais arrecadas em todo tipo de imposto. Das receitas provinciais as PMEs em média têm um peso de 40% no período de 2019 a 2021, tendo se verificado um crescimento de significativo mesmo com a Covid-19 em 30,23% de 2019 a 2020.

Dos principais desafios que as PMEs encontram em relação ao cumprimento das obrigações fiscais é a elevada carga tributária aliada aos diversos tipos de tributação, Face

aos regimes de tributação em sede de IRPC e IRPS o regime de tributação mais utilizado é o regime simplificado, enquanto que em sede de IVA o regime mais utilizado é o regime normal. As aplicações dos regimes de tributação constituem um desafio para as PMEs na medida que devem incorrer custos com consultorias para melhor enquadramento das suas operações ligadas ao fisco, o que faz com que a maior parte das pequenas empresas opte pelo regime simplificado de tributação e escrituração, ao em vez do regime normal e de contabilidade organizada.

Das políticas adoptadas para as PMEs mostra-se uma fraca eficiência devido a sua abrangência limitada. Concretamente, o Governo tem um papel importante a desempenhar na construção de um sector das PMEs próspero, através dum diálogo permanente, da política económica em geral e em particular, da elaboração de leis e regulamentos apropriados, e na construção de uma infra-estrutura institucional central, regional e local de apoio. As PMEs devem estar inseridos em um sistema fiscal simples, transparente e de baixo custo, sendo percebido como justo.

Apesar dos desafios enfrentados pela PMEs no âmbito da sua actividade económica as PMEs

têm um contributo significativo nas receitas fiscais. Com boa políticas e mais incentivos ao sector, as PMEs podem contribuir significativamente para o aumento das recitas fiscais, contribuindo assim para o desenvolvimento do país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Augusto, M. M. (2016). Fatores de Sucesso nas Pequenas e Médias Empresas (PME): Estudos de Caso Múltiplos. Covilhã. Conferência Internacional do Trabalho, 104ª Sessão. (2015). Pequenas e médias empresas e a criação de emprego digno e produtivo. Genebra.
- Conselhos das Financas Publicas. (2024). Glosario de Termos das Finanças Publicas. Portugal.
- Correia, P. (2004). Fiscalidade. (L. Companhia Própria – Formação e Consultoria, Ed.) Lisboa.
- Cuamba, R. F. (2020). Contribuição das pequenas e médias empresas (PME's) nas receitas do município de Maputo no período entre 2014 à 2018. Maputo.
- Gomes, N. d. (2003). Manual de Direito Fiscal (12 ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Massarongo, F. *. (2020). A Economia Informal em Moçambique: Escala, Ambito e Contribuicoes.
- Massarongo, J. A. (2023). Small and Medium-Sized Enterprises (SMEs) and Tax Revenue: Case Study of Maputo City, Mozambique.
- Mbate, M. (2018). Pequenas e Medias Empresas e Crescimento Economico na Africa Subsaariana.
- Mendes, A. R., & Lopes, J. F. (2023). The Role of SMEs in Enhancing Tax Revenue in Mozambique: A Maputo Perspective.
- Mendes, P., & Lopes, A. (2019). Politicas Publicas e Desenvolvimento das PMEs em Moçambique.
- Ministerio da Economia e Finanças. (2007). Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Maputo: Aprovada pela 22ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros em 21 de Agosto de 2007.
- Muendano, E. F. (2015). Avaliação do Contributo das Pequenas e Médias Empresas sobre Receitas Fiscais no distrito de Vilankulo, ao longo do periodo (2009 a 2013). Vilankulo.
- Nhavene, A. (2018). Desafio da Conformidade Fiscal no Sector Informal de Moçambique.
- Nhavene, C. (2022). Tax Policy and Its Impact on SMEs: Evidence from Maputo.
- Santos, L., & Gonçalves, T. (2017). Capacidade Administrativa e Conformidade Fiscal nas PMEs.
- Sequeira, I. M. (2015). As receitas fiscais e as despesas do estado em prestações sociais: o caso dos distritos de bragança e de vila real. Lisboa.
- Silva, M. &. (2022). SMEs and Their Contribution to Tax Revenue in Mozambique: Focus on Maputo.
- Silva, R., & Carvalho, M. (2021). Contribuicao Economicas das PMEs em Maputo: Uma Perspectiva Fiscal .
- Sousa, R. B. (2020). PME's em Moçambique. Maputo.